UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DAS LICENCIATURAS INTERDISCIPLINARES/SÃO BERNARDO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

SIRLEY GOMES DE OLIVEIRA

VIOLÊNCIA EM SÃO BERNARDO: Um estudo em um município do Baixo Parnaíba Maranhense - MA

São Bernardo/Ma
2015

SIRLEY GOMES DE OLIVEIRA

VIOLÊNCIA EM SÃO BERNARDO: Um estudo em um município do Baixo Parnaíba Maranhense - MA

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de licenciado em Ciências Humanas/Sociologia junto à Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Orientador: Prof. Dr. Clodomir Cordeiro de Matos Júnior.

São Bernardo
2015

Oliveira, Sirley Gomes de

Violência em São Bernardo: Um estudo em um município do Baixo Parnaíba Maranhense - MA / Sirley Gomes de Oliveira. – São Bernardo, 2015.

53f.

Monografia (Graduação) – Curso de Licenciatura em Ciências humanas/ Sociologia - Universidade Federal do Maranhão, 2015.

Orientador: Prof. Dr. Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

1. Violência – São Bernardo. I. Título.

CDU 301.162.2

SIRLEY GOMES DE OLIVEIRA

VIOLÊNCIA EM SÃO BERNARDO: Um estudo em um município do Baixo Parnaíba Maranhense - MA

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de licenciado em Ciências Humanas/Sociologia junto à Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Orientador: Prof. Dr. Clodomir Cordeiro de Matos Júnior.

APROVAÇÃO EM 05 / 12/ 2015

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Clodomir Cordeiro de Matos Júnior (Orientador)
Doutor em Sociologia
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

_____

Prof.ª Ms.ª Janine Alessandra Perini (1ª Examinadora)
Mestra em Artes Visuais
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

_____

Prof. Dr. Josenildo Campos Brussio (2° Examinador)
Doutor em Psicologia Social
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

"Apelo em defesa da família brasileira!"
Padre Paulo Ricardo

"Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo."
Michel Foucault

"O dialogo com base em leis morais sólidas facilita a resolução de conflitos e promove o respeito pela vida, de cada vida humana. portanto, o recurso às armas para resolver disputas é sempre uma derrota da razão e da humanidade."
João Paulo II

"Algo está muito mal quando as pessoas de boa vontade consideram que, para viver em paz é preciso estar armado."
Senador Cristovam Buarque

Pois paz sem voz, paz sem voz.
Não é paz, é medo!
(Medo! Medo! Medo! Medo!).
O Rappa

Dedico este trabalho as pessoas desamparadas que sofrem
ou sofreram algum tipo de perseguição ou violência.

AGRADECIMENTOS

À Deus que nos criou e foi criativo nesta tarefa. Seu fôlego de vida em mim me foi sustento e me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

Agradeço a todos que estiveram presentes em minha trajetória acadêmica.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi compreender o fenômeno da violência urbana no Município de São Bernardo, região do Baixo Parnaíba Maranhense - MA. Para isso, foram realizadas diversas leituras e entrevistas semiestruturadas com o objetivo de refletir sobre o problema da violência em suas diversas modalidades, especialmente estrutural, política, simbólica, criminal e urbana. A pesquisa de campo, realizada no município, foi importante para identificar e analisar aspectos decisivos do fenômeno e o resultado apontou para tipos específicos de violência na região: roubos/assaltos foram os mais optados na pesquisa, seguidos pelo tráfico/consumo de drogas, violência contra mulher e brigas/agressões.

Palavras-Chave: Violência, São Bernardo, Maranhão, Baixo Parnaíba Maranhense.

ABSTRACT

The objective of this study was to understand the phenomenon of urban violence in São Bernardo, region of Baixo Parnaíba Maranhão - MA. For this, there were several readings and semi-structured interviews in order to reflect on the problem of violence in its diverse forms, especially structural, political, symbolic, criminal and urban. The field research conducted in the city, it was important to identify and analyze key aspects of the phenomenon and the result pointed to specific types of violence in the region: thefts/robberies were the most defaulted in the survey, followed by trafficking/drug use, violence against women and fights/assaults.

Keywords: Violence, São Bernardo, Maranhão, Baixo Parnaíba Maranhense.

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue comprender el fenómeno de la violencia urbana en São Bernardo, Región de Baixo Parnaíba Maranhão - MA. Para ello, hubo varias lecturas y entrevistas semi-estructuradas con el fin de reflexionar sobre el problema de la violencia en sus diversas formas, en especial estructurales, políticas, simbólicas, penales y urbanas. La investigación de campo realizada en la ciudad fue importante para identificar y analizar los aspectos clave del fenómeno y el resultado señaló a tipos específicos de violencia en la región: hurtos/robos fueron los que más incumplieron en la encuesta, seguido por el tráfico/consumo de drogas, la violencia contra las mujeres y peleas/asaltos.

Palabras clave: Violencia, São Bernardo, Maranhão, Baixo Parnaíba Maranhense.

LISTA DE FIGURAS

TABELAS

Tabela 1 - Estrutura da mortalidade por arma de fogo segundo raça/cor e causa básica. Brasil.2012**.** 33

Tabela 2 - Numero e taxas de homicídios (por 100 mil) com Armas de Fogo Uf/Região. População Total. Brasil. 2003 e 2012**.** 34

Tabela 3 - Crescimento das taxas de homicídios com arma de fogo 2003/2012 e Vitimização negra. População total. Brasil. 2003 e 2012. 36

Tabela 4 - Síntese de mortes violentas no Maranhão (2000 a 2012) 40

Tabela 5 - Perguntas/Respostas dos 10 entrevistados sobre a situação da violência em São Bernardo/Ma. 42

GRÁFICOS

Gráfico – 1.0 - Localização do Território do Baixo Parnaíba **.....**41

Gráfico – 1.1 - Taxas de homicídios de Brancos **–** (2012) **.....** 38

Gráfico – **1.2** - Taxas de homicídios nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. **....** 39

Gráfico – 1.3 - Tipos de Violência Urbana que mais ocorre em São Bernardo **.....**43

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – Modelo de Questionário – Entrevistas 51

ANEXO II – Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido 52

ANEXO III – Autorização de Pesquisa 53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....14
Capítulo 1 - Reflexões sobre a Violência?.....19
1.1 A Violência Simbólica em Pierre Bourdieu e Charles Taylor.....20
1.2 Violência Estrutural.....23
1.3 Violência Política.....24
1.4 Violência Urbano-Criminal em Michel Misse.....25
Capítulo 2 – Procedimentos Metodológicos.....29
Capítulo 3 - Histórias das Estatísticas Criminais Brasileiras.....31
3.1 Diagnóstico Nacional das Estatísticas de Violência.....33
Capítulo 4 - Diagnóstico das Entrevistas em São Bernardo.....41
4.1 Prevenção da Violência e Montagem de Geoarquivos no Município.....44
Considerações Finais.....46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....48
ANEXOS

INTRODUÇÃO

Quando fui acionado pela primeira vez a propor um tema para o um projeto de pesquisa que resultaria em minha monografia no curso de licenciatura em Ciências humanas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) não imaginava que assunto desenvolver e se o mesmo seria interessante e capaz de satisfazer as necessidades daquele momento. Eram tantas as regras e normas que fiquei ainda mais curioso em produzir algo que realmente tivesse sentido e que fosse útil para os pesquisadores e estudantes da referida universidade. Primeiro, me orientaram a seguir por partes, escolhendo um título que tivesse alguma afinidade comigo, ou seja, um tema relacionado com minhas vivências cotidianas, um assunto sobre o qual teria condições de expressar-me com relativa tranquilidade e que fosse relevante a ponto de servir de pontapé inicial para a realização de um bom trabalho de pesquisa.

Tendo sofrido e vivenciado diversos casos de violência em minha trajetória de vida pessoal, tais como acusações, processos indevidos, agressões e prisões injustificadas, percebi que poderia realizar um projeto de pesquisa nessa linha temática, escolhendo este assunto como pano de fundo para minha monografia. Apesar do tema ser bastante abrangente e envolver diversos pormenores, o fenômeno da "violência" encontra-se trabalhado, no Brasil e no mundo, por excelentes teóricos que dão sustentação a suas múltiplas facetas. A princípio passamos a pensar a violência no âmbito dos *campi* universitários localizados em diferentes regiões do país, logo percebendo a colossal tarefa envolvida na realização de um projeto dessa dimensão. Essa era a intenção neste primeiro momento, abandonada em seguida em meio à opção por uma abrangência menor, pois o projeto consumiria elevada quantidade de tempo e recursos não disponíveis nessa etapa de minha vida acadêmica.

Focado em um escopo menor para a realização do trabalho, buscamos um tema atual que trouxesse algum tipo de informação relevante para a região do Baixo Parnaíba Maranhense, que é uma das microrregiões do estado do Maranhão pertencente à mesorregião Leste Maranhense. Dela fazem parte seis municípios, Araioses, Água doce do Maranhão, Magalhães de Almeida, Santana do Maranhão, Santa Quitéria e São Bernardo.

O fenômeno "violência" nessa região do Maranhão tornou-se o assunto de minha pesquisa monográfica, pois poderia servir de referência para várias pesquisas, na medida em

que nosso tema envolve questões sociais e econômicas, pois seus dados serviriam utilmente, em algum momento, como parâmetro de comparação com índices posteriores, contribuindo para uma compreensão do fenômeno na região e na vida da população local. O problema em questão passou a girar em torno da seguinte pergunta: como se configura o fenômeno da violência em São Bernardo, região do Baixo Parnaíba Maranhense nos últimos dez anos (2005-2015).

Para se chegar a este problema central tivemos que realizar sucessivas leituras e análises bibliográficas a fim de problematizar o tema proposto. Dessa forma, "nasceu" nosso problema central a custa de leituras iniciais e orientações que nos direcionaram a esta pergunta fundamental. Os problemas secundários contidos nessa monografia são advindos desta questão central ora proposta.

São vários os problemas secundários que ao longo deste trabalho iremos desenvolver, tais como: Quais os índices de violência na cidade? Qual a opinião dos agentes de segurança e da população frente estes índices? Logo, a opinião desses atores e suas possíveis respostas para esse fenômeno são interesses secundários nessa pesquisa. Discutimos e definimos o conceito de violência levando em conta a opinião da população local, confrontando questionários semiestruturados e levando questões de interesse social, político e cultural que permeiam a realidade estudada e, de certa forma, esta monografia.

A justificativa para a realização dessa pesquisa se embasa no fato de que em municípios que possuem em média 27.817 habitantes (IBGE, 2015), como o município de São Bernardo - MA, o fenômeno da violência tem sido pouco estudado, deixando uma lacuna significativa nesta área de estudos nessa região Nordeste. A partir desse estudo poderíamos ter dados iniciais para propor melhorias na área de segurança pública, trabalhando em prol da obtenção de dados necessários a apresentação de propostas para uma política mais consistente e adequada à realidade do interior do Maranhão.

Iniciaremos nosso percurso monográfico refletindo sobre diferentes maneiras de pensar o fenômeno violência na literatura sociológica, apresentando questões que norteiam o debate sobre o assunto e este trabalho. O referencial teórico utilizado em nossa pesquisa é bastante rico, envolvendo autores consagrados, tais como: Adorno (2002), Alba Zaluar (2004), Misse (2006) e Matos Júnior (2014), além de inúmeros trabalhos acadêmicos e relatórios. Nesse sentido, podemos contar em nosso trabalho com referências de teóricos reconhecidos nacional e internacionalmente. Realizamos leituras sistemáticas sobre cada autor, e sua maneira de pensar o assunto. Trabalhamos com a ideia de que contrapondo

autores referenciais sobre o assunto poderíamos realizar um trabalho qualificado, facilitando interpretações e analises pautadas por dados relevantes.

Partindo daí, trabalhamos com uma pesquisa de campo, precedida de aportes teóricos, para entender a problemática a partir da própria realidade em que ela se manifesta e como os diferentes determinantes sociais influenciam sua configuração contextual. Temos como campo empírico a cidade de São Bernardo, localizada a 375 km da capital São Luís - MA, com uma população estimada, de acordo com IBGE em 2015[1] em 27.817 habitantes. O município integra o Baixo Parnaíba Maranhense, uma das microrregiões do estado do Maranhão e que compõe a mesorregião Leste Maranhense. Dela fazem parte seis municípios: Araioses, Água doce do Maranhão, Magalhães de Almeida, Santana do Maranhão, Santa Quitéria e São Bernardo. Sendo classificado para estudar na UFMA (campus São Bernardo) em 2010, onde vim a morar, tive a oportunidade de conhecer e perceber o desenvolvimento da cidade em vários aspectos que nos ajudaram a realizar esta pesquisa.

Inicialmente, trabalharemos com a participação de indivíduos da região e entidades que compõe a problemática do tema. Delegacia de Policia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal, Promotoria de Justiça e o Conselho Tutelar seriam onde encontraríamos alguns de nossos interlocutores. Para coleta de dados utilizamos a observação qualitativa[2] (observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real) além de questionários e entrevistas semiestruturadas[3] (entrevistas a partir de amostras previamente selecionadas). Para a seleção destas amostras[4] foram utilizados como critério a importância de cada órgão ou entidade com relação ao tema da "violência". Assim, buscamos compreender as condições de segurança local, o índice local de violência e casos de violência ocorridos com mais frequência, para a partir daí refletir sobre essas situações. As políticas de segurança poderão se refletir positivamente na organização social desses espaços e também na representação social do município pelos sujeitos que residem ou transitam por ele.

Nossa pesquisa esta organizada em quatro capítulos interligados. No primeiro capítulo realizamos um apanhado sobre o conceito de violência, refletindo sobre o significado do termo e o que caracterizaria uma dita "violência urbana", "simbólica", "estrutural" e/ou,

---

[1] Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais. Ver: http://www.ibge.gov.br/home/. Acessado em 20/09/2015.

[2] São aquelas em que o pesquisador faz anotações de campo sobre o comportamento e as atividades dos indivíduos no local da pesquisa. (John W. Creswell, 2010, pg. 214)

[3] Serie de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimentos. (Laville & Dionne, 1999, pg. 188)

[4] Subconjunto dos elementos de uma população a partir do qual os dados são recolhidos. O procedimento pelo qual são escolhidos os elementos que compõe a amostra chama-se amostragem. (Laville & Dionne, 1999, pg. 331)

"política". Assim, o termo violência que deriva do latim *violentia* se caracteriza teoricamente através de varias vertentes e pontos de vista empreendidos por seus autores. Nesse momento abordamos a violência a partir de sua vertente "urbana" e "criminal" desenvolvida por Michel Misse (2006), dando indicativos de como ele percebe a criminalidade e suas características particulares. No capítulo dois abordamos a questão do procedimento metodológico da pesquisa, apontando questões relativas aos fenômenos da subnotificação e superrepresentação. Nessa etapa da pesquisa relatamos como foi realizada nossa pesquisa, quais foram os caminhos e métodos utilizados. No capitulo três versamos sobre a história das estatísticas e sua importância a partir do século XIX, período em que os cientistas, no auge do positivismo (corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX) relacionam levantamentos numéricos com a realidade objetiva, atuando de maneira decisiva no campo de formação das Ciências Sociais então nascentes. Esse é o momento onde exploramos alguns dados estatísticos referentes à violência urbana, sobretudo a que se utiliza da arma de fogo em diferentes contextos (Países, Brasil, Regiões e Estados) e períodos, destacando sua relação com recortes étnicos. Tomamos a iniciativa de trabalhar com fontes secundárias, especialmente o *Mapa da violência 2015*[5] como suporte para essas análises. A arma de fogo no Brasil aparece como uma das grandes ferramentas relacionadas à violência e mortalidade de pessoas em nosso país. No quarto capítulo os resultados da pesquisa de campo e entrevistas realizadas com interlocutores "chaves" do trabalho. Nesse instante refletimos sobre a prevenção da violência e a possibilidade de montagem de geoarquivos em São Bernardo. A utilização da tecnologia de informação vem produzindo mudanças significativas nas praticas policiais no mundo todo, inclusive no que se refere a prestação de contas à população sobre problemas relativos à segurança. Problematizamos, nesse sentido, a produção de dados georeferenciados como elementos capazes de servirem de subsídios para o planejamento das prefeituras municipais, através da disponibilização de informações detalhadas sobre serviços públicos, espaço urbano, indicadores sociais; e, perfil de agressores e vítimas (etnia, idade, escolaridade, condição socioeconômica e o tipo de violência). Por fim, realizamos considerações finais sobre aquilo que desenvolvemos ao longo do trabalho.

[5] São importantes publicações de estudos de pesquisa anuais disponíveis pela internet sobre o tema violência. Seu principal autor é Julio Jacobo Waiselfisz; Formou-se em Sociologia pela Universidade de Buenos Aires e Mestre em Planejamento Educacional pela Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Coordenador da Área de Estudos sobre Violência da FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, já foi Diretor de Pesquisa do Instituto Sangari, exerceu funções de Coordenador Regional da UNESCO em Pernambuco, Coordenador de Pesquisa e Avaliação e do setor de Desenvolvimento Social da UNESCO/Brasil.

CAPITULO 1 – REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA?

A violência pode ser pensada a partir de diferentes óticas, podendo ser apreciada através de suas dimensões social, psicológica e física (Ferreira e Schramm, 2000). Violência pode significar uma variedade de eventos que aparecem ligados ao modo de vida das cidades, envolvendo vandalismos, motins, saques, desordens públicas e ações criminosas de todos os tipos, inclusive as não intencionais, como as provocadas por negligência, consumo de drogas e excesso de álcool.

> Violência vem do latim *violentia*, que remete a *vis* (força, vigor, emprego da força física, ou recursos do corpo para exercer sua força vital) Essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações adquirindo assim, carga negativa ou maléfica. Portanto é a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento causado) que vai caracterizar um ato como violento, percepção que varia cultural e historicamente. (ZALUAR, 2004 p. 228 APUD, MATOS JÚNIOR, 2014 p.2)

Para a autora, o excesso do uso da força e a incapacidade de obedecer a limites que extrapolam acordos e regras que orientam as relações sociais, vão caracterizar algum ato violento. Segundo (Michaud, 1989):

> [...] Há violência quando, numa situação de interação um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses ou em suas participações simbólicas e culturais. (MICHAUD, 1989 p. 10 APUD, MATOS JÚNIOR, 2014 p. 3)

Michaud (1989) aprecia a violência através de sua dimensão física ou moral, ressaltando que a mesma pode envolver referenciais simbólicos e culturais. Zaluar (2004) pondere que:

> As primeiras formas de violência (que vem de cima para baixo) são as propiciadas pelas estruturas sociais iníquas [...] Que define o ato violento? Os que detêm o poder. Como definem o ato violento? Como transgressão das regras criadas pelo mesmo poder. Assim, se entre essas regras existem regras violentas não são caracterizadas como atos violentos, por exemplo, salários injustos; castiga-se como ato violento o roubo de 100 cruzeiros para matar a fome, porque é um ato violento, Mas ficam impunes violências muito maiores como todas as formas de iniquidade social. È uma violência silenciosa [...] ninguém pode responsabilizar ninguém pelas Dezenas de milhares de crianças subnutridas,famintas,retardadas,tuberculosas,bestificadas. Mas ninquem ignora que

> elas também foram vitimas de assaltantes, aqueles que deram um salário de fome a seus pais que obrigaram suas mães a se prostituirem que sonegaram impostos que burlaram a previdência social. (ZALUAR, 2004 p.234)

Contudo, devemos nos ater a palavra violência para que esta não venha a ser interpretada como sinônimo de situações de desigualdades. Caso isso venha a ocorrer dificultar-se-ia uma análise das dimensões físicas e expressivas do fenômeno apontado por Zaluar. Conforme Michel Misse (2006).

> [...] A acumulação social da violência urbana – o problema da desigualdade social e não da pobreza, tem feito a criminalidade aumentar a níveis extraordinários, fazendo de algumas cidades brasileiras a vanguarda mundial em taxas de homicídios e outros crimes violentos. O medo da violência contrai a sociabilidade, diminui a circulação espontânea nas grandes cidades e aumenta a desconfiança nas relações interindividuais. [...] (MISSE , 2006, p. 285)

1.1 A VIOLÊNCIA SIMBOLICA EM PIERRE BOURDIEU E CHARLES TAYLOR

Em "Meditações Pascalinas" (1998), Pierre Bourdieu entende a violência simbólica como:

> [...] essa coerção que só se institui através da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando não dispõe, para o pensar e se pensar ou, melhor, para pensar a sua relação com ele, senão de instrumentos de conhecimento que tem em comum com ele e que, não sendo mais que a forma incorporada da estrutura da relação de dominação, fazem aparecer essa relação como natural; ou, noutros termos, quando os esquemas que aplica para se perceber e se apreciar os dominantes (alto/baixo, masculino/feminino, branco/negro, etc) são o produto da incorporação das classificações, assim naturalizadas, das quais o seu ser social é o produto.(BOURDIEU, 1998, p. 151)

Através da chave interpretativa do autor, que em muitos momentos foca na questão das disputas por legitimidade, observaríamos as funções e posições que preenchemos no campo social, esse:

> [...] lugar, relativamente estável, da coexistência dos pontos de vista, no duplo sentido de posições na estrutura da distribuição do capital (econômico, informacional, social) e dos poderes correspondentes, mas também de reações práticas a esse espaço ou de representações desse espaço, produzidas a partir destes pontos de vista através dos *habitus* estruturados, e informados duplamente, pela estrutura do espaço e pela estrutura dos esquemas de percepção que lhe são aplicados. (Ibid., p.163)

Em nosso campo de relações existem formas distintas de perceber determinadas situações, que são, segundo o autor, os esquemas de percepções e suas estruturas dispersas nestes campos formadores de *habitus*, que seriam o:

> [...] produto da incorporação de uma estrutura social sob a forma de uma disposição quase natural, muitas vezes dotada de todas as aparências do inato, o *habitus* é a *vis ínsita*, a energia potencial, a força adormecida, donde a violência simbólica, e em particular a que se exerce através dos performativos, extrai a sua misteriosa eficácia. (Ibid., p. 150)

Esclarecendo seus argumentos Bourdieu (1994) aponta que:

> Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas, mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas são as mesmas. (BOURDIEU, 1994, p. 22)

Para o autor, a dominação exercida, não sem conflito, pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento ou do "desconhecimento" age entre as estruturas cognitivas e objetivas que envolvem os diferentes campos sociais. Esquemas de percepções e apreciações que estão "delicadamente" inseridos nos domínios dos quais somos dependentes e produto, caracterizariam as marcas de uma violência simbólica "docemente" vivenciada.

Nessa chave interpretativa são narradas experiências em relação às temáticas do reconhecimento e da identidade:

> Algumas feministas afirmam que, nas sociedades patriarcais, as mulheres eram induzidas a adotar uma opinião depreciativa delas próprias. Interiorizavam uma imagem da sua inferioridade, de tal maneira que, quando determinados obstáculos reais a sua propriedade desapareciam, elas chegavam a demonstrar uma incapacidade de aproveitarem as novas oportunidades. E, além disso, estavam condenadas a sofrer pela sua debilitada auto-estima. Também surgiram argumentos semelhantes em relação aos negros: que a sociedade branca projetou durante gerações uma imagem de inferioridade da raça negra, imagem essa que alguns dos seus membros acabaram por adotar. Nesta perspectiva, a sua auto-depreciação torna-se um dos instrumentos mais poderosos da sua própria opressão. A primeira coisa que deveriam fazer era espiarem essa identificação imposta e destrutiva. Recentemente, afirmou-se o mesmo sobre os indígenas e os povos colonizados em geral. Pensa-se que desde 1492 os europeus têm vindo a projetar desses povos uma imagem de seres um tanto inferiores, "incivilizados", e que, através da conquista e da força, conseguiram impô-la aos povos colonizados. (TAYLOR, 1994, p.46 APUD, MATOS JÚNIOR, 2014 p.14)

De acordo com Taylor, o "reconhecimento incorreto" seria tanto uma "falta de respeito devido" quanto uma forma de "alienar suas vítimas de forma cruel, entendendo-as através de um sentimento de incapacidade e ódio". (Ibid., p.46)

Realizando levantamentos da situação dos povos indígenas na América latina no final do século passado Dandler (2000) considera que alguns problemas a nível nacional e internacional atrapalham o reconhecimento desses povos. A existência de uma distância

enorme entre as prerrogativas legais dos direitos dessas coletividades e suas efetivas proteções seriam um deles. Soma-se a isso, a falta de cláusulas específicas voltadas para a proteção desses povos e os efeitos de contradição existente numa lógica integracionista, pautada pela possibilidade da construção de uma nação "homogênea" e integrada. Contudo, as violações contra os direitos desses povos e indivíduos, e também contra mulheres e negros, se acumulam no tempo e nas sociedades, gerando danos irreversíveis em suas interações sociais.

> Falamos, nesse registro, das vitimas de um reconhecimento incorreto que afeta os indivíduos em seu foro íntimo, quando nossa análise recai sobre questões ligadas a temática da identidade, e em suas possibilidades sociais, quando nosso olhar se lança sobre os padrões de classificação estatuários sedimentados e reproduzidos hierarquicamente em nossas sociedades. (MATOS JÚNIOR, 2014, p.15)

As políticas de reconhecimento deveriam servir de suporte contra estes tipos de violência, sublinhando a urgência de uma política de "igual dignidade, para os seres", assim:

> O que se deve evitar a todo o custo é a existência de cidadãos de "primeira classe" e de "segunda classe". É óbvio que as verdadeiras medidas especificadas, e justificadas por este princípio, variam consideravelmente e têm sido frequentemente alvo de polêmicas. Para algumas pessoas, a igualdade diz respeito só aos direitos civis e de voto; para outras, alarga-se á esfera socioeconômica. [...] Mas, mesmo tendo conhecido interpretações diferentes, o princípio da igual cidadania passou a ser universalmente aceito. Qualquer ponto de vista, independentemente do seu grau de reacionarismo, é defendido á luz deste princípio. (TAYLOR, 1994, p. 58)

Se por um lado falamos de igualdade, por outro lado existem também as "políticas das diferenças", onde:

> Todas as pessoas devem ser reconhecidas pelas suas identidades únicas. Aqui, porém, o reconhecimento tem outro significado. Em relação á política de igual dignidade, aquilo que se estabelece visa à igualdade universal, um cabaz idêntico de direitos e imunidades; quanto à política de diferença, exige-se o reconhecimento da identidade única deste ou daquele indivíduo ou grupo, do caráter singular de cada um. Quer isto dizer, por outras palavras, que é precisamente esta singularidade que tem sido ignorada, disfarçada, assimilada a uma identidade singular ou da maioria (Ibid., p.58).

Dandler (2000) lista alguns avanços normativos significativos na questão indígena por parte dos Estados latino-americanos no século passado. Nesse sentido, teríamos as mudanças de perspectivas nas leis e instrumentos internacionais, como as evidenciadas na convenção OIT nº 169 (Povos Indígenas e tribais em Países Independentes) de 1989, e, as reformas constitucionais ou novas Constituições, tais como as da Guatemala (1985), Nicarágua (1986),

Brasil, (1988), Colômbia (1991), México (1992), Paraguai (1992), Argentina (1994), Bolívia (1994) e Peru (1993). (MATOS JÚNIOR, 2014)

1.2 VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

Segundo Minayo de Souza (1998) toda violência social tem um caráter revelador de estruturas de dominação e surge como expressão da contradição entre os que querem manter privilégios e os que se rebelam contra a opressão. Sobre este ponto de vista é possível revelar um conceito de *violência estrutural* definido como uma "violência gerada por estruturas organizadas e institucionalizadas, naturalizadas e ocultas em estruturas sociais, que se expressa na injustiça e na exploração e que conduz a opressão dos indivíduos". (MINAYO, 1994)

> O conceito de violência estrutural se aplica tanto as estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem a opressão de determinadas pessoas a quem se negam vantagens da sociedade, tornando-as mais vulneráveis ao sofrimento e a morte. (BOLDING apud MINAYO E SOUZA, 1998)

Esta forma de violência seria, na ótica do autor, uma de suas expressões mais perversas justamente por ser exercida através das ações diárias de instituições consideradas legítimas por sua tradição e poder, não sendo, na maioria das vezes, sequer contestada. De acordo com Neto e Moreira (1999) o senso comum nem chega a compreendê-la como uma manifestação de violência, mas sim como pura e simples incompetência de governantes e irresponsáveis. Assim, desta forma, mantém-se a alienação dos indivíduos frente às violências a que são diariamente submetidos.

Exatamente por não terem consciência da violência a que estão expostos, os indivíduos sofrem os danos dessa violência estrutural a partir de "ações" do Estado, que restringe o acesso de grande parte da população em seus direitos fundamentais, negando uma vida digna e gerando uma situação de grave exclusão social.

> Com a configuração da sociedade capitalista, ao incorporar os trabalhadores, mesmo que de forma obtusa, as relações de produção e apropriação de capital, há uma ampliação das atribuições conferidas aos governos, sob a forma de estado, que vão sendo obrigados a incluir, em seu rol de preocupações, políticas públicas que assegurem as condições mínimas de existência e reprodução de seus trabalhadores, incluindo participação política e garantia de direitos (NETO E MOREIRA, 1999)

As condições mínimas de existência e reprodução dos trabalhadores estão incluídas como garantias e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. No entanto, os autores concluem que:

> A existência da violência estrutural, portanto, não é natural, mas sim histórica e socialmente produzida. Ela alimenta a ostentação de poucos com sofrimento de muitos, amplia as disparidades sociais, gera pobreza, cerceia oportunidades e legítimos projetos de vida, inibe a escolha racional, favorecendo a escolha constrangida: mendicância, tráfico, delinquência. Fomenta preconceitos e causa danos morais, psicológicos, físicos e até a morte. (NETO E MOREIRA, 1999)

A violência estrutural, por si só, consegue reunir o que há de pior nos indivíduos e instituições instauradas no sistema capitalista. Como aponta Gaulejac (2006), é uma forma de violência humilhante sentida pela maioria da população no momento em que lhes são negligenciados os direitos básicos de saúde, educação e dignidade. Seria caracterizada em nossa sociedade pela:

> Violência econômica (pobreza, miséria, exploração, desemprego), violências sociais (decadência, desigualdades, injustiça...), violência simbólica (estigmatização, anulação e desqualificação), violência física (maus-tratos, tortura, sevicias sexuais), e, violência psicológica (desvalorização, rejeição afetiva, inferiorização) (GAULEJAC, 2006, p. 67)

Pouca valorização, baixos salários, trabalhos em situações adversas, somando-se a tudo isso a negativa de direitos por parte de charlatões e empresários capitalistas, poderiam ser consideradas formas de manifestação de uma violência estrutural socialmente estruturada.

1.3 VIOLÊNCIA POLÍTICA

Vivemos atualmente em uma democracia onde deveríamos fazer valer nossos direitos como soberanos de nossos espaços, economia, atitudes e bens, contudo, nossa história recente (1964-1985) nos mostra que nosso arranjo social nem sempre esteve nesses moldes. Yves Michaud considera que os períodos de violência política podem ser caracterizados:

> [...] pela instauração de jurisdições de exceção que pronunciam uma justiça expeditiva e caricatural, pela hipertrofia da área de ação policial que se torna um Estado dentro do estado (prisões preventivas, seqüestros, detenções arbitrarias, desaparecimentos) e pela extrema generalidade da ameaça [...]. (MICHAUD, 1989, p.30 APUD, MATOS JÚNIOR, 2014)

Assim, o jurista Belisário Jr. (2001) acredita que a morte de milhares de pessoas durante os períodos ditatoriais na América Latina não foram “acidentes históricos” e sim, uma:

> [...] violência sistemática contra os direitos do homem, executada por agentes do estado com autorização, conivência ou ordem expressa de seus superiores. Métodos idênticos de controle e desaparecimento de membros da oposição foram aplicados por meio da criação e do fortalecimento de eficientes mecanismos de repressão política e de coordenação entre as diversas policias políticas. Todo esse aparato, como inúmeras vezes foi denunciado, serviu a um sistema de apropriação e manutenção do poder, instrumentalizado pela doutrina de segurança nacional, mediante seus conceitos básicos, o de guerra interna e de inimigo interno. Cada povo sofreu as conseqüências da ocupação militar de seu espaço físico e político. Em cada opositor se identificava a figura de um inimigo do Estado a ser combatido, neutralizado e, se necessário, eliminado. (SANTOS JR., 2001, p. 89-90 APUD, MATOS JÚNIOR, 2014)

Eis a violência política, onde os direitos dos indivíduos, supostos "inimigos" do estado são suspensos e extintos.

1.4 VIOLÊNCIA URBANO-CRIMINAL EM MICHEL MISSE

Crime, na definição de Misse;

> É qualquer curso e ação que por ser social e institucionalmente acusado como crime, se desenvolverá sob uma articulação: a de poder levar em conta seus riscos e a de possuir motivos para, conhecermos ou não, prosseguir assim mesmo pelos meios que lhe pareça mais adequado ou, na ausência de muita escolha, pelos meios que possa dispor. [...] (MISSE, 2006 p. 22).

Em suas palavras o autor revela ser o crime uma ação que se desenvolve sob duas formas distintas: uma onde poderíamos prever os riscos e a outra que giraria em torno dos motivos para tal ação, utilizando os meios que pareçam mais adequados e que estão à disposição.

> A seleção dos meios e dos cursos de ação possíveis está em geral (exceto nos chamados crimes passionais e naqueles onde a própria violência é o fim principal visado) determinado tipicamente pela articulação de operadores (e operação) oferecidos pelo contexto social do agente que opera diretamente a ação, e depende em grande medida, de uma avaliação de riscos e alternativas determinadas especificadamente por sua posição relativa na estratificação social. (Ibid., p. 22)

Nessa ótica, os meios são determinados pela articulação dos operadores em seu contexto social e dependem em grande parte de avaliações dos riscos e alternativas relativas à estratificação social. O fato de que as penitenciarias e cadeias brasileiras tenham uma maioria de detentos pobres, para ele não significa que a massa dos criminosos brasileiros seja composta por pobres ou que a pobreza seja uma das principais causas da criminalidade em geral. Em seu entendimento essa situação aponta para o fato de que as formas de resposta ao crime selecionam mais certos tipos de agentes ou ações do que outras ou que:

> Os agentes "pobres" (ou com poucos recursos alternativos) que operam diretamente a ação criminal por limitação social na escala de seleção de meios e de preferências criminais, mas também por outras razões, tendem a estar mais sujeitos ao emprego da violência como meio criminal. (Ibid., p. 23).

De acordo com Misse, os criminosos selecionam os meios criminais levando em conta basicamente sua adequação aos fins, a oportunidade de acesso aos meios, as alternativas não criminais e os riscos envolvidos na ação.

A reprodução de práticas criminais em contextos urbanos seria um fenômeno específico, com causas que tendem a se proliferar sempre que: houverem crimes não punidos dos agentes sociais dominantes; se associarem ao culto simbólico da violência à construção de identidades singulares de prestígio; quando houver privação relativa de bens materiais ou simbólicos de necessidade social; quando houver sentimentos de revolta e injustiça social; e, quando os indivíduos forem considerados previamente agentes criminais.

O desafio sociológico em uma análise de causalidade da criminalidade urbana no Brasil tem constatado que a maioria dos agentes criminais provém das classes pobres, no entanto, a grande maioria da massa de pobres no país não opta pela carreira criminal. A associação "pobreza-crime" é um fantasma real, criado pela fantasia de que os conflitos podem ser resolvidos por um operador monopólico, o Estado moderno:

> [...] O Estado moderno é uma associação de dominação institucional, que dentro de determinado território pretendeu com êxito monopolizar a coação física legitima como meio de dominação e reuniu para este fim, nas mãos de seus dirigentes, os meios materiais de organização, depois de desapropriar todos os funcionários estamentais autônomos (WEBER, 1992 p. 529).

Contudo:

> Em nossa época [...] devemos conceber o estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do estado – reivindica o monopólio do uso legitimo da violência física. É com efeito, próprio de nossa época não reconhecer, em relação a qualquer outro grupo ou aos indivíduos, o direito de fazer uso da violência, a não ser em casos que o estado o tolere: o estado se transforma, portanto, na única fonte do "direito" à violência. (WEBER, 1992 apud ADORNO, 2002 p. 275 Apud MATOS JÚNIOR, 2014).

Michel Misse (2006) aponta cinco teses, que considera estarem equivocadas sobre as interpretações da criminalidade no Brasil, que nos ajudaram a perceber o sentido da compreensão sociológica desse fenômeno na sua obra. A primeira tese equivocada diz que a pobreza é a única causa da criminalidade e aumento da violência urbana. Segundo o autor,

essa afirmação não passa de uma estratégia de sobrevivência, pois "se a pobreza fosse à causa do crime, boa parte dos pobres seria criminosa, e não é". A maioria de presos são recrutados na massa de indivíduos pobres, pretos e desocupados, pois a polícia segue um roteiro típico que associa, de antemão, a violência e a criminalidade à pobreza. Em 1979, Misse escreveu um livro chamado crime "O social pela culatra" (Misse e Motta 1979) onde demonstra os preconceitos e "roteiros típicos" do sistema policial e judicial brasileiro que só prendem, em sua grande maioria, pobres e deixa a criminalidade da classe media e alta "de fora" das fileiras das estatísticas criminais.

> Deve-se compreender os pobres que optaram pela carreira criminal. Talvez no caso deles, e apenas no caso deles, se possa aprender algo. E quem sabe aprender também porque a maioria dos pobres não se torna criminosa. (MISSE, 2006, p.36)

A segunda tese equivocada considera o bandido das áreas urbanas pobres (favelas, conjuntos habitacionais, áreas periféricas) como uma espécie de herói e justiceiro, estilo Robin Hood (herói mítico inglês), que rouba dos ricos para sustentar os pobres, uma forma de distribuição forçada de renda. De acordo com (Ibid., p. 37), essa frase ganhou popularidade nos anos 70 com a ascensão de figuras como a dos "valentões justiceiros", bicheiros, malandros e donos de boca de fumo (vide tabela abaixo). O bicheiro era tratado como uma espécie de "coronel urbano", com uma estrutura social mais organizada, mas com os mesmos princípios do mandonismo e da patronagem. Em meio a esse cenário emergia a imagem do protetor que se propagava aos líderes do trafico de drogas local, as imagens de "Robin hood" estão associadas ao período de transição entre a boca de fumo convencional e as formas de domínio atual.

A terceira tese equivocada afirma que a criminalidade urbana é descendente direta dos quilombos, dos capoeiras, das "estratégias de sobrevivência" de negros e mulatos nas favelas e morros. No relato de Misse essa tese não encontra nenhum defensor citável e a critica principal a esse "equivoco" pode ser encontrada nos trabalhos de Alba Zaluar (1994). O principal argumento seria o de que há uma descontinuidade histórica entre comportamentos sociais criminalizados antes e depois da entrada do tráfico e do "crime organizado" em morros e favelas e conjuntos pobres das cidades, o que simboliza o desaparecimento do "malandro simpático" tido como personagem criminal principal.

A quarta tese aponta o imigrante nordestino, inadaptado as grandes cidades, que vive na miséria e isolado dos vínculos comunitários, ocupando funções de baixa qualificação nas áreas da construção civil como o personagem central dessa violência. De acordo com Misse (2004) essa questão faz parte do imaginário social que foi difundida nas subliteraturas, filmes

e novelas. O argumento contra essa tese seria a baixa taxa de crimes violentos na maioria dos estados de origem desses migrantes.

> Embora nordestinos da construção civil compareçam com alto índice. Os "Roteiros Típicos" parecem não funcionar sempre: A maioria dos detentos também não é de negros, mas de brancos, não é de desempregados, mas de empregados; não é de analfabetos, mas de alfabetizados; não é de nordestinos; mas de naturais da metrópole que o recebeu. Aparentemente os "Roteiros Típicos" só funcionam com os "pobres"; a maioria esmagadora dos detentos carrega os indicadores de "pobreza"; são trabalhadores urbanos de baixa renda [...]. (COELHO, 1980. PAIXÃO, 1982; ADORNO E BORDINI 1989; BRAND et All, 1986 APUD MISSE, 2006)

A contradição apresentada é uma denúncia de uma "falsa" representação (racista e etnocêntrica) que contradiz os argumentos de que a maioria dos serventes nordestinos nas grandes capitais não é criminosa e nem a maioria relativa dos detentos é de serventes nordestinos.

A quinta tese equivocada refere-se ao aumento da criminalidade violenta como sendo um aprofundamento da luta de classes. O principal argumento contra esta tese é o fato de que a maioria das vítimas da criminalidade violenta são pobres e não ricos (Zaluar, 1994). Conforme Misse, a questão é um desdobramento da primeira associação entre pobreza-crime.

> Quando um bandido pobre é escolhido pela policia para "carregar" todos os crimes que ela não investigou, nem elucidou, ou quando a imprensa sensacionalista o escolhe para "carregar" a gloria negativa do "inimigo" publico, com alcunha forjada na redação; o que resta ao sociólogo fazer que não seja, denunciar esta construção do personagem criminal. (MISSE, 2006 p.47).

Corremos sempre o risco de sermos confrontados ou confundidos pela polícia com bandidos ou "inimigos públicos".

> Os procedimentos policiais e da imprensa não podem ser interpretados apenas como "desvios", pois estão conectados a representações sociais que parecem seguir padrões e roteiros semelhantes e que se vinculam, por sua vez, a estrutura social como um todo". (Ibid., p. 47)

Nessa chave interpretativa, Misse nos propõe observar a violência e a criminalidade como fatos interligados que tem origem no tráfico, bandidagem e corrupção policial.

CAPÍTULO 2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Concordo com Minayo (1994) quando afirma que podemos entender de uma maneira mais qualificada o que seja *metodologia* ao considerarmos a mesma como o caminho e o instrumental próprio das abordagens da realidade. Nessa perspectiva, ela teria lugar de destaque no desenvolvimento das teorias sociais, por fazer parte da visão de mundo agregada em tais propostas. Assim, as tentativas de explicações de causalidade nas ciências sociais são sempre permeadas de muito cuidado, sendo sempre mais difícil quando estiver em jogo à disputa de conceitos e indicadores que se relacionam.

Para pensar o fenômeno da violência gostaria de considerar duas situações que são observadas no processo de produção e interpretação das informações estatísticas elaboradas por órgãos oficiais (Matos Júnior, 2014). A primeira é o fenômeno da *subnotificação*. Por trabalharmos com dados estatísticos oficiais, ou seja, com "crimes oficialmente detectáveis" estes não representam um retrato fiel da ocorrência da criminalidade nos contextos em que são produzidos (Paixão, 1983, p.18). Trabalhando apenas com eventos detectados pelas instituições encarregadas de lidar com o crime em nossa sociedade, deixaríamos de lado um grande volume de "violência encoberta" (Coelho, 2005), ou seja, uma enorme quantidade variada de atos socialmente e legalmente entendidos como crimes que não são conhecidos pelos órgãos competentes e nem são sequer denunciados por suas vítimas.

Um segundo fenômeno conhecido na literatura sociológica é a *superrepresentação* dos dados estatísticos disponíveis. Paixão adverte que as "estatísticas oficiais não apenas subestimam o volume da atividade criminosa como também distorcem a distribuição social desta atividade, no sentido da superrepresentação na população criminosa, das classes subalternas" (Paixão, 1983, p.20 Apud Matos Júnior, 2014). O pesquisador que se vale das estatísticas oficiais em suas análises deve abandonar uma postura "ingênua" frente esses dados, especialmente quando decide utilizá-los como medida (mesmo que de confiabilidade reduzida) para a compreensão da dinâmica da criminalidade em seu contexto de investigação. Abandonar uma "postura ingênua" equivaleria, nessa perspectiva, a perceber as "contingências organizacionais da produção das estatísticas e os diferenciais de poder envolvidos na aplicação de rótulos e estigmas pela organização às populações urbanas" (Paixão, 1983:21 Apud, Matos Júnior, 2008).

Buscando dar conta da pesquisa iniciamos nosso percurso lendo uma significativa bibliografia sobre o tema *violência* (estrutural, simbólica, política e criminal). Na *internet* identificamos dados sobre a região a ser pesquisada, São Bernardo - MA, encontrando muitas informações desencontradas e incompletas que poderiam colocar em risco o desenvolvimento do trabalho. Os dados utilizados para a análise dos dados estatísticos foi a Revista *Catirina*[6], publicada pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) em São Luís – MA e disponível na *internet*. Está publicação foi de suma importância para a pesquisa por trazer dados e informações relevantes, como, por exemplo, indicadores sobre mortes violentas e Categorias de agressões no Maranhão (2000/2012). Outra fonte consultada foi o *Mapa da Violência 2015* (pesquisa anual realizada por Julio Jacobo Waiselfisz[7]), dele extraímos gráficos e tabelas que nos ajudam a compreender dados diversos sobre a criminalidade violenta.

Após esse momento bibliográfico da pesquisa partimos para uma pesquisa no município de São Bernardo[8], onde tivemos algumas dificuldades para obter informações sobre as ocorrências de práticas violentas que não estão disponíveis de forma clara nos meios de divulgação. Dessa dificuldade nasceu a ideia de aplicar questionários semiestruturados para então podermos realizar um levantamento de dados sobre o fenômeno no município. A aplicação de questionário se deu em parte, por não haver informações estatísticas disponíveis ou acessíveis que nos fornecessem informações seguras sobre o tema. Assim, selecionamos sete interlocutores representantes de órgãos públicos (Delegacia da Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal, Promotoria de Justiça e Conselho Tutelar) e três moradoras do município de São Bernardo - MA, perfazendo um total de 10 entrevistas realizadas. O tempo gasto para a aplicação de entrevistas girou em torno de duas semanas, sendo as mesmas realizadas no primeiro semestre de 2015.

---

[6] Acessada em 23/05/2014. Ver: https://smdhvida.wordpress.com/catirina/.

[7] Acessado em 20/03/2014. Ver: http://www.mapadaviolencia.org.br/.

[8] Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a população do município em 2010 era de 26.476 distribuídos por uma área de 1.006,919 (km²). São Bernardo integra a microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense e faz limes com os municípios de Água Doce do Maranhão, Araioses, Magalhães de Almeida, Santana do Maranhão e Santa Quitéria do Maranhão. Entre os próprios Bernardenses, segundo o histórico do IBGE, existe uma forte especulação quanto ao marco inicial da civilização no território não podendo, entretanto, fazer qualquer afirmação, por haver a falta de documentação. Contudo, Há uma tradição em dizer que as primeiras investidas neste território se deram pelos padres jesuítas no século XVIII; Impulsionados pela tarefa de catequizar os índios. Cortada pelo Rio Buriti, São Bernardo é reconhecida por sua igreja matriz, símbolo dos padres jesuítas. Atualmente, deu-se início à exploração das terras, por demais férteis, através da intensificação da agricultura e da pecuária, que, mesmo nos dias presentes, continuam a ser as principais fontes de riqueza do município. Acessado em 09/10/2015. Ver em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=211060&search=maranhao|sao-bernardo.

De acordo com Creswell (2007), a *pesquisa qualitativa*, através da aplicação de entrevistas, seria uma ferramenta para explorar e entender os significados que os indivíduos ou os grupos sociais atribuem a um problema social humano. O processo de pesquisa envolveria questões relativas aos procedimentos de coleta de dados que emergem no ambiente dos interlocutores e participantes da pesquisa, a análise dos dados construídos a partir desses contatos e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado desses dados.

CAPÍTULO 3 – HISTÓRIA DAS ESTÁTISTICAS CRIMINAIS BRASILEIRAS

Alguns cientistas sociais classificam o século XIX como sendo o "século das estatísticas" (Lima, 2009), pois neste período ganhou espaço uma prática científica permeada pela quantificação dos instrumentos de medição da realidade com o intuito auxiliar as tomadas de decisões e a construção de uma tecnologia de interpretação do social. No século XIX o auge do *positivismo* (corrente de pensamento que surgiu na Europa) caracterizou-se pelo desenvolvimento de duas matrizes estatísticas (Alemanha e Inglesa) que corroboraram a crença na quantificação da realidade e sua objetividade. Essas tendências atuaram de maneira significativa na consolidação da Sociologia e das Ciências Humanas e Sociais em geral, ou seja, na configuração dos limites do que Theodore Porter considera ser "A verdade e o Poder dos Números" (Porter, 1995 p. 48-49). O fato é que na construção do conhecimento contemporâneo os dados estatísticos tem ajudado a construir e legitimar "verdades" sobre o funcionamento das instituições responsáveis pela justiça e segurança, que irão determinar os rumos e sentidos de muitas políticas públicas[9]. O Frances Oliver Martin (2000) faz um balanço da maneira como as estatísticas foram assumindo sua posição de destaque na construção das várias disciplinas das Ciências Humanas e Sociais. Émile Durkheim e seus alunos foram alguns teóricos que atuaram na consolidação das estatísticas, suas nomenclaturas e aspectos matemáticos nessa área de estudos. No passado, a estatística era uma "ciência auxiliar da sociologia" sendo uma forte colaboradora do Estado e decisiva na descrição de fatores ecológicos, socioeconômicos e demográficos que determinam a organização social de um determinado território e contextualizam a emergência de biografias e relações (Martin, 2001).

[9] As utilizações dos dados estatísticos como ferramentas na arte de governar remontam às civilizações antigas do Egito, Mesopotâmia e China dos anos de 500 a 2000 a.C.

As primeiras pesquisas estatísticas datariam de períodos anteriores ao século XIX e serviriam de suporte informativo para a organização e administração do Estado, com foco nos negócios fiscais, policiais e militares. É em torno dessa necessidade de conhecimento para a administração que a estatística irá se desenvolver de maneira significativa, pois através delas o soberano e os administradores do Estado poderiam governar e organizar o território de uma maneira mais qualificada (Matos Júnior, 2014). Suas matrizes de desenvolvimento contemporâneas se conectam a Alemanha e Inglaterra do século XIX, onde irão se consolidar uma abordagem quantificadora da realidade, agindo como indicadores de estratégias e controle social.

Assim, os registros estatísticos foram criados com o intuito de conhecer e controlar os fenômenos sociais, ganhando destaque por serem capazes de quantificar o conhecimento sobre a realidade humana. No plano da linguagem, as estatísticas e suas regras matemáticas tendiam a uma geometria dos números e seu domínio implicou no controle das regras de validação, circulação e interpretação da realidade. Portanto, as estatísticas não somente tratam de "coisas", pois os fenômenos do crime, criminalidade, criminosos e violência podem ser quantificados quando traduzidos através de situações e comportamentos sociais que se sobressaem aos olhares e saberes. As estáticas acionam mecanismos de conversão de fatos, transformados em números e com eles, podem ser aplicados a tudo. Ela funcionaria como um elo de articulação de redes de informação que dependem da construção conceitual de objetos técnicos e científicos (Shwartzman, 1994, p.175).
As estatísticas tornaram-se as ferramentas de monitoramento da população, colaborando e aperfeiçoando a "arte de governar":

> [...] Se a estatística tinha, até então funcionado no interior do quadro administrativo da soberania, ela vai revelar pouco a pouco o que a população tem em regularidade própria: números de mortos, de doentes, regularidades de acidentes etc. A estatística revela também que a população tem características próprias e que seus fenômenos são irredutíveis aos da família: as grandes epidemias, a mortalidade endêmica, a espiral do trabalho e da riqueza; revela finalmente que através de seus deslocamentos, de sua atividade a população produz efeitos econômicos específicos permitindo qualificar os fenômenos próprios a população [..] (FOUCALT, 1992, p. 288)

Observamos através dessas linhas as utilidades da estatística como meio de se enxergar suas necessidades, tragédias, valores e deslocamentos, enfim, uma peça importantíssima no monitoramento populacional e nos trabalhos do Estado.

3.1 DIAGNÓSTICO NACIONAL DAS ESTATÍSTICAS DE VIOLÊNCIA

Neste tópico iremos abordar alguns dados estatísticos referentes ao fenômeno da violência praticada com armas de fogo em diferentes esferas de abrangência, especialmente no Brasil, suas regiões, estados e municípios. Tomamos a iniciativa de retransmitir dados de uma fonte secundária, o *Mapa da Violência 2015* (2015), contudo, devemos ressaltar a dificuldade em encontrar quaisquer dados estatísticos oficiais sobre o assunto na região do Baixo Parnaíba Maranhense, especialmente na cidade de São Bernardo, foco da nossa pesquisa. Por essa dificuldade em encontrar dados fomos motivados a aplicar questionários e realizar entrevistas semiestruturadas com intuito de desvendar, esclarecer e confirmar tendências relativas à região. Contamos nessa área de estudos com uma fonte importantíssima de informações que possibilita ao pesquisador realizar análises e comparações por possuir alto grau de cobertura e sistematização. Refiro-me ao SIM/MS[10] (Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde) que anualmente divulga dados associados às informações da Secretaria de Vigilância em Saúde.

Entre as informações colhidas pelo SIM/MS está a declaração de óbito (DO) que fornece dados sobre idade, estado civil, sexo, profissão, local de residência e naturalidade. Outra informação importante para esses estudos, e exigida pela legislação, é a causa da morte[11]. Assim, para as comparações internacionais foram utilizados dados de mortalidade da OMS (organização Mundial de Saúde), que opera com uma classificação semelhante aos arquivos do SIM/MS, estando compatíveis e possibilitando comparações através do CID-10, que permite acessar dados qualitativos de mortalidade por armas de fogo em 90 países do mundo. Foram utilizados como referência os últimos dados disponibilizados pela Organização Mundial da Saúde entre os anos de 2008 e 2012.

A arma de fogo no Brasil está associada a um grande número de fenômenos violentos e mortalidade de pessoas, tanto entre jovens quanto adultos, tanto entre pretos

[10] Pela legislação vigente no Brasil (lei nº 015, de 31/12/73 com alterações introduzidas pela lei nº 62.2016, de 30/06/75), nenhum sepultamento pode ser feito sem a certidão de registro de óbito correspondente. Esse registro deve ser feito a vista de declaração de Óbito (DO). No caso de mortes naturais o DO é preenchida pelo profissional de saúde (Médico) ou pelo serviço de verificação de óbitos (SVO). No caso de Mortes não naturais ou externas (Suicídios, homicídios, acidentes etc.) que constitui nosso foco, em localidades que contam com instituto médico legal, a DO deve ser preenchida, obrigatoriamente, por médico legista do IML e em localidades sem IML, por médico da localidade, investido pela autoridade judicial, na função de perito legista eventual.

[11] A declaração de óbito: documento necessário e importante. Ministério da Saúde. Conselho federal de medicina. Brasil: Ministério da Saúde, 2006. (Série A. normas e Manuais técnicos) Até 1995, tais causas eram classificadas pelo SIM seguindo os capítulos da nova revisão da classificação internacional de doenças (CID-9) proposta e sistematizada em nível internacional pela organização mundial de saúde (OMS). A partir daquela data, o ministério da Saúde adotou a décima revisão (CID-10) da OMS.

quanto brancos, pardos e mestiços. Conforme as análises dos dados estatísticos existem algumas ponderações a serem consideradas quando pensamos na cor dessas vítimas. Uma delas refere-se ao fato do Sistema de Informações de Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM), ser a única fonte que verifica o quesito raça/cor dos homicídios em nível nacional. Outra questão relevante é a de que a fonte utilizada para estimar a população por raça ou cor para cálculo das taxas dessa população no Brasil são realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), que coleta dados por autoclassificação a cada dez anos, dando opção para o entrevistado escolher entre cinco opções presentes em seu questionário: branca, preta, parda, amarela ou indígena.

A tabela 1. Fornece detalhes sobre a estrutura da mortalidade por armas de fogo, considerando as varias categorias de raça/cor.

Tabela 1. Estrutura da mortalidade por AF (arma de fogo) segundo raça/cor e causa básica. Brasil. 2012.

Cor/Raça	Óbitos					%				
	Acidente	Homicídio	Suicídio	Indeter.	Total	Acidente	Homici.	suicídio	Indeter.	Total
População Total										
Branca	97	9.667	597	271	10.632	0,9	90,9	5,6	2,5	100,0
Negra	179	27.683	365	719	28.946	0,6	95,6	1,3	2,5	100,0
Indígena	0	52	4	5	61	0,0	85,2	6,6	8,2	100,0
Amarela	0	42	2	3	47	0,0	89,4	4,3	6,4	100,0
Total	276	37.444	968	998	39,686	0,7	94,4	2,4	2,5	100,0
População Jovem										
Branca	29	5.068	125	128	5.350	0,5	94,7	2,3	2,4	100,0
Negra	85	17.120	149	446	17.800	0,5	96,2	0,8	2,5	100,0

Indígena	0	25	4	2	31	0,0	80,6	12,9	6,5	100,0
Amarela	0	17	0	1	18	0,0	94,4	0,0	5,6	100,0
Total	114	22.230	278	577	23.199	0,5	95,8	1,2	2,5	100,0

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM).

Observa-se que em todas as categorias de raça/cor os homicídios são as situações onde mais utilizadas as armas de fogo. Entretanto, para os negros esse fato é mais expressivo, pois 95,6% de suas vítimas de arma de fogo foram assassinados. Nesse sentido, observamos uma elevada taxa de homicídios entre os jovens negros no Brasil. Existe também, segundo os dados, uma elevada taxa de suicídio com arma de fogo entre indígenas ocorridas no ano de 2012.

Tabela 2. Numero e taxas de homicídios (por 100 mil) com Armas de Fogo Segundo cor e Uf/Região. População Total. Brasil. 2003 e 2012.

UF/região	Homicídios por Armas de Fogo				Taxas por (100 mil)			
	Branca		Negra		Branca		Negra	
	2003	2012	2003	2012	2003	2012	2003	2012
Acre	12	7	33	76	9,9	3,8	10,5	12,8
Amapá	4	12	68	92	3,1	7,2	18,7	17,2
Amazonas	18	62	152	796	2,8	8,1	8,8	28,6
Pará	96	170	754	2.046	7,5	9,8	21,1	31,6
Rondônia	109	94	251	252	30,5	15,6	38,3	23,6
Roraima	7	2	30	26	13,0	1,9	12,9	8,1
Tocantins	31	38	82	145	10,4	10,9	8,8	14,1
Norte	**277**	**385**	**1.370**	**3.433**	**9,6**	**9,8**	**17,6**	**26,8**
Alagoas	47	68	473	1.624	5.2	6.9	23,6	76,2
Bahia	114	370	1.241	4.512	3,8	12,0	12,0	41,7
Ceará	92	189	382	1.499	3,5	7,0	7,5	25,8
Maranhão	50	140	275	1065	3,4	9,8	6,3	20,4
Paraíba	34	59	368	1.078	2,5	3,8	16,8	48,7
Pernambuco	433	135	2.967	2.260	13,9	4,2	59,1	40,5
Piauí	17	37	120	303	2,5	4,8	5,4	13,1
Rio G. Norte	67	155	202	712	5,4	11,8	12,3	37,7
Sergipe	51	62	200	594	10,9	10,3	14,3	40,2
Nordeste	**905**	**1.215**	**6.228**	**13.647**	**6,1**	**7,8**	**18,2**	**36,4**

Espírito Santo	229	140	648	1.114	15,3	9,5	37,2	53,6
Minas Gerais	768	899	1.921	2.407	8,2	10,4	21,1	22,0
Rio de Janeiro	2.145	1.045	3.905	2.440	24,1	14,5	65,2	27,3
São Paulo	5.388	2.262	4.042	1.863	19,9	8,7	36,2	12,2
Sudeste	**8.530**	**4.346**	**10.516**	**7.824**	**18,2**	**10,0**	**37,6**	**21,0**
Paraná	1.431	1.969	270	539	19,3	27,0	11,4	17,1
Rio Grande Sul	1.094	1.527	263	429	12,2	17,2	17,7	23,9
Santa Catarina	301	427	66	116	6,0	8,0	10,5	10,9
Sul	**2.826**	**3.923**	**599**	**1.084**	**13,2**	**18,3**	**13,3**	**18,0**
Distrito Federal	91	77	539	715	9,4	7,0	44,1	47,4
Goiás	218	406	439	1.486	9,3	16,0	14,9	42,0
Mato Grosso	197	173	363	516	18,9	15,0	23,0	27,2
Mato Grosso sul	180	107	237	241	16,0	9,3	23,3	19,2
Centro-oeste	**686**	**763**	**1.578**	**2.958**	**12,5**	**12,8**	**23,3**	**36,1**
Brasil	**13.224**	**10,632**	**20,291**	**28.946**	**14,5**	**11,8**	**24,9**	**28,5**

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM)

Segundo a tabela 2, no ano de 2012 as armas de fogo fizeram 10.632 vítimas brancas e 28.946 negras, o que representa 11,8 óbitos para cada 100 mil habitantes autodeclarados brancos e 28,5 para cada 100 mil negros. Esta taxa é proporcionalmente duas vezes e meia maior entre os negros do que entre a população que se autodeclara branca. Com relação aos níveis de vitimização por armas de fogo, nos estados de Alagoas e Paraíba, para cada branco vítima de arma de fogo nesses estados morrem proporcionalmente mais de 10 negros vítimas de homicídio.

O Paraná é uma exceção nacional, pois a taxa de óbitos de negros é menor que a dos brancos. Naquele estado morrem proporcionalmente 36,7% mais brancos que negros. As análises apontam uma tendência crescente de homicídios e uma seletividade entre negros e jovens ao longo dos últimos anos.

Tabela 3. Crescimento das taxas de homicídios com arma de fogo 2003/2012 e vitimização negra. População total. Brasil. 2003 e 2012

UF/REGIÃO	% 2003 a 2012		Vitimização Negra (%)	
	Branca	Negra	2003	2012
Acre	-62,1	21,9	5,6	239,3
Amapá	132,1	-7,9	506,6	140,7
Amazonas	192,7	225,5	217,6	253,2
Pará	30,6	49,8	181,5	223,0
Rondônia	-48,8	-38,5	25,3	50,6
Roraima	-85,4	-37,5	-0,5	327,2
Tocantins	4,0	60,1	-15,4	30,1
NORTE	2,6	52,6	83,2	172,6
Alagoas	33,6	222,8	356,8	1.003,7
Bahia	217,9	246,8	219,7	248,7
Ceará	100,0	246,3	112,3	267,6
Maranhão	190,8	222,3	87,3	107,6
Paraíba	51,1	189,3	563,7	1.170,9
Pernambuco	-69,9	-31,4	326,5	871,3
Piauí	92,9	114,1	117,1	174,7
Rio Grande Norte	119,8	207,2	127,4	217,8
Sergipe	-5,7	181,6	31,0	291,2
NORDESTE	27,8	100,6	199,1	369,6
Espírito Santo	-38,1	44,0	142,5	464,0
Minas gerais	26,2	4,3	156,7	112,2
Rio de janeiro	-39,9	-58,1	170,3	88,5
São Paulo	-56,4	-66,4	82,0	40,3
Sudeste	-45,1	-44,1	106,0	109,8
Paraná	40,3	50,6	-41,0	-36,7
Rio grande do Sul	40,4	34,6	45,1	39,1
Santa Catarina	33,3	4,2	73,7	35,8
SUL	38,0	35,2	0,9	-1,2
Distrito Federal	-26,0	7,4	368,9	580,9
Goiás	72,2	181,9	59,8	161,7
Mato Grosso	-20,8	18,2	21,4	81,3
Mato Grosso do Sul	-41,9	-17,4	45,9	107,4
CENTRO-OESTE	2,4	54,7	86,1	181,1
BRASIL	-18,7	14,1	72,5	142,0

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM)

Quando observarmos as taxas de homicídio por armas de fogo entre 2003 e 2012, as taxas de homicídios brancas caem 18,7% e as taxas de homicídios negras aumentam 14,1%. O ritmo diferencial da vitimização da população negra do país, que em 2003 era de 72,5%, em alguns anos dobra, passando em 2012 para 142%. De acordo com o *Mapa da Violência* (2015), existem várias explicações para esse fato. A primeira, é que a renda média da população negra, de acordo com o IBGE de 2011, foi de R$ 1.978,30, enquanto a da população branca foi de R$ 3.465,30, significando uma diferença de 75,2%. Isso implica dizer que a população branca habita setores e áreas mais abastadas, gozando de uma "dupla segurança", a privada e a pública, enquanto os menos abastados que vivem nas periferias, ou seja, a população negra, tem sua segurança mínima oferecida pelo serviço público. Em segundo, existiria uma demanda crescente pela privatização da segurança, como já existem em outros serviços básicos como a saúde, educação e previdência social. Isso quer dizer que o Estado vai se limitando a oferecer a quantidade mínima de serviços e acessos considerados essenciais para a população.

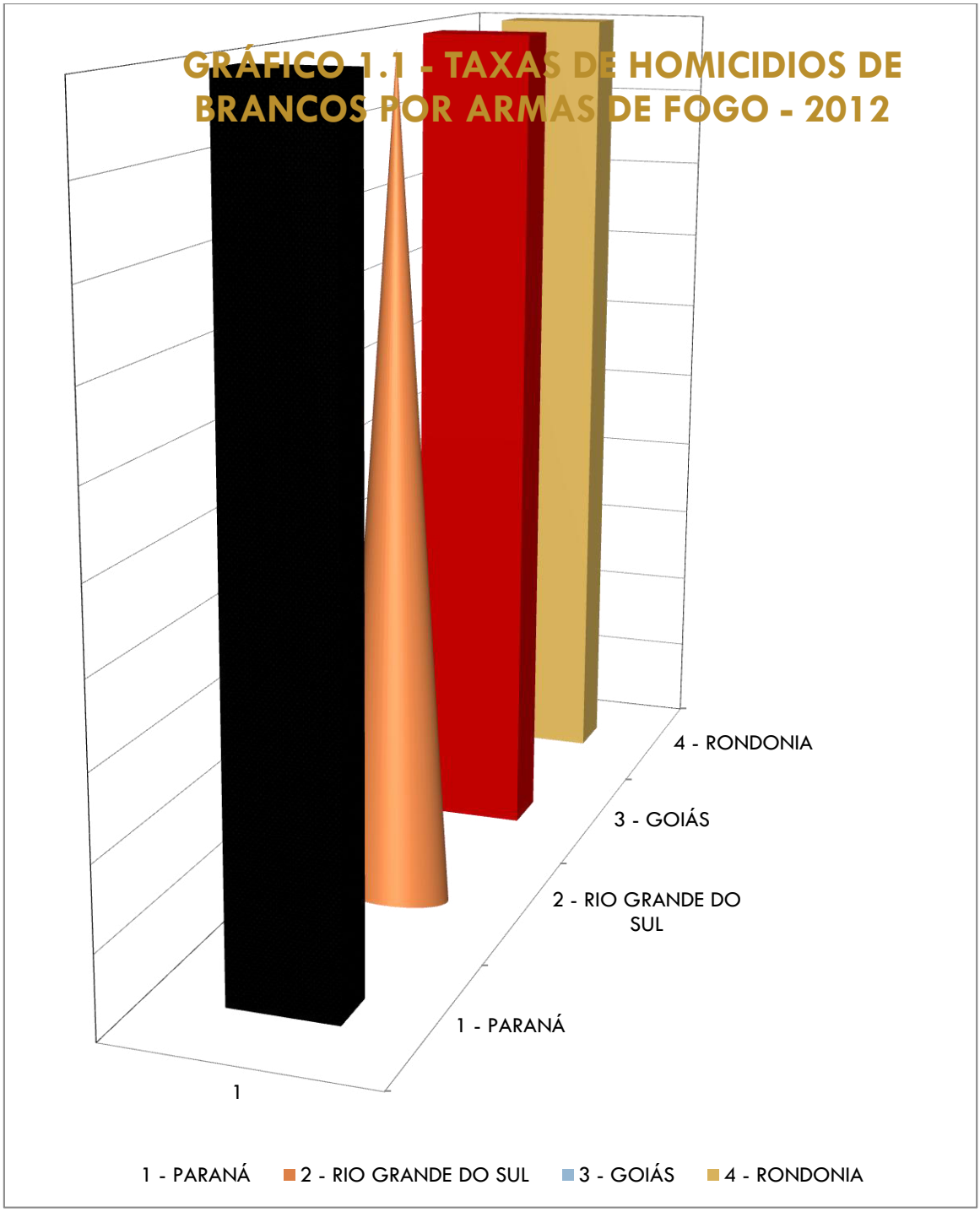


Gráfico 1.1

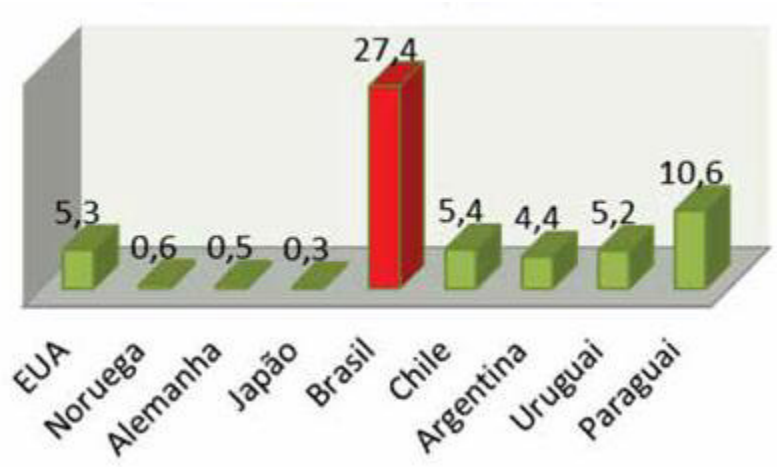
Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM)

O gráfico 1.1 apresenta as taxas de mortalidade de brancos, por Estados com a utilização de armas de fogo. Os índices desses estados são mais elevados; Paraná 27%, Rio Grande do Sul 17,2%, Goiás 16% e Rondônia 15,6% (taxas de óbitos por 100 mil).

Dados apresentados pelo Revista *Catirina* (2014) mostram que o Brasil vem mantendo índices altíssimos de violência. As taxas divulgadas pelo Ministério da Justiça estão próximas

de 30 homicídios por 100 mil habitantes, índice muito elevado quando comparado aos apresentados por outros países e por países vizinhos da América do Sul.

Gráfico 1.2



Fonte: Revista Catirina, Direitos humanos, Maranhão, dez. 2014.

Para alguns intérpretes a solução apontada seria aumentar o rigor da legislação penal juntamente com o melhoramento no sistema de justiça criminal do país, fazendo com que não existam tantos casos de impunidade. Assim:

> O aspecto obsoleto, estático e excludente das instituições normativas oficiais (tanto no âmbito da legislação positiva quanto do poder judiciário), que acarreta precária eficácia da legalidade dominante e aprofunda a crise de legitimidade, abre espaço para movimentos sociais de marginalizados e despossuídos – "os sem teto" e os "sem terra" – que, sem acesso a justiça oficial (via de regra lenta e onerosa) utilizam-se de praticas jurídicas paralelas e alternativas consideradas "ilegais". Essas práticas cotidianas dos movimentos sociais definem, nos horizontes do que a ordem legal vigente chama de "ilegalidade", novo espaço instituinte de cujas relações e rupturas, calcadas no binômio "legal/ilegal", emergem direitos igualmente reconhecidos que acabam não só legitimando a "ilegalidade", mas edificando "outro Direito" sob formas de legitimação. (WOLKMER, 2001, p.107)

Assim, é o retrato das instituições Brasileiras atuais; cercada de precariedades e disposta a abrir espaços a movimentos entendido com "ilegais".

Tabela – 4 Síntese de Mortes Violentas no Maranhão (2000/2012)

Categorias de Agressões	População total		Sexo		Cor/Raça		Jovens (15-29) anos – 87% de Negros	
	Nº	%	Masc.	Fem.	Branca	Negra	Nº	%
Agressão por disparo de Armas de fogo	7.135	53,7%	6.792	343	876	6.061	3.985	55,4%
Agressão por meio de objeto cortante ou Penetrante	4.362	32,8%	3.977	384	489	3.766	2.422	33,7%
Agressão por meio de objeto Contundente	519	3,9%	476	43	62	430	211	2,9%
Outras modalidades de Agressão ou não especificadas	1.263	9,5%	1.086	176	179	1.033	572	8%
Total	13.279	-	12,331 92,9%	946 7,1%	1.606 12,1%	11.290 85%	7.190 54,1%	-

Fonte: Sistema de informações sobre Mortalidade (SIM/DATASUS) Obs. A cor negra é o resultado do somatório de pretos e pardos. As demais cores/raças registram um número pequeno de ocorrências: Amarela (61) Indígena (53), ignorado (269) (Revista Catirina, Dez, 2014).

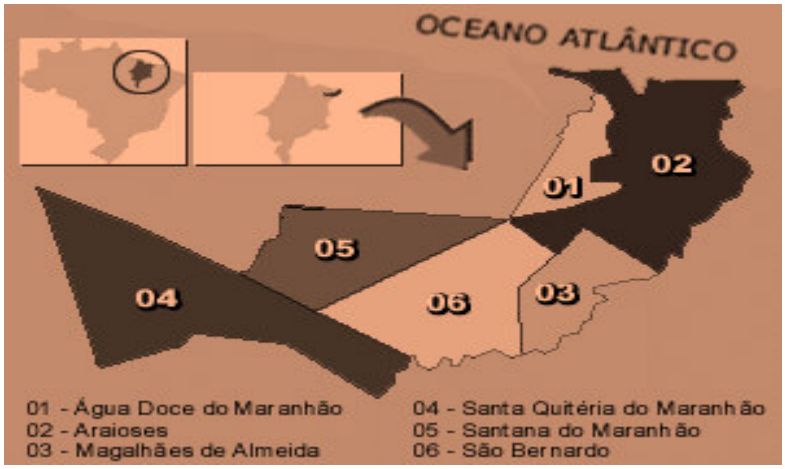
A tabela acima, apresentada na Revista Catirina (2014) aponta as características das 13.279 mortes violentas ocorridas no Maranhão entre 2000 e 2012. Os negros representam 76,2% da população Maranhense, segundo o censo IBGE de 2010, mas representam 85% das suas vítimas fatais. Tal situação vista como gravíssima, gerou mobilização nacional e internacional, como a campanha "Jovem negro vivo" da Anistia Internacional (novembro/2014) e [12]as marchas na periferia de São Luís.

[12] Ver https://anistia.org.br/anistia-em-acao/dia-de-doar/. Acessado em 01/07/2015.

CAPÍTULO 4 – DIAGNÓSTICO DAS ENTREVISTAS EM SÃO BERNARDO

Ao longo de duas semanas, realizamos as entrevistas planejadas para o Município de São Bernardo/Ma. Estas entrevistas foram realizadas em Delegacia da Policia Civil, Policia Militar, a Guarda Municipal, a Promotoria de Justiça, o Conselho Tutelar e o Fórum, alem de pessoas da localidade. Estas entrevistas foram necessárias, uma vez que, existe escassez de dados sobre violência em diversas cidades do país. Isso é fácil de comprovar quando acessamos a internet ou outro meio de acesso, fato comprovável através de pesquisas em fontes impressas e naquelas disponíveis através da internet. Este fato ocorre, dentre outros fatores, por uma questão de desinteresse de muitos municípios menores, em divulgar seus índices, uma vez que divulgados, poderão interferir negativamente em sua gestão. No entanto, isso não impede que nossa investigação seja concluída, uma vez que dispusemos de outros meios para realizá-la.

Gráfico 1 - Localização dos Municípios do Baixo Parnaíba Maranhense



Fonte: Citybrazil

Foram realizadas 10 entrevistas semi-estruturadas, e o perfil de cada entrevistado que foi composto por homens e mulheres que possuía entre 21 a 65 anos de idade, sendo 7 (sete) representantes de cada órgão público (Delegacia da Policia Civil, Policia Militar, a Guarda Municipal, a Promotoria de Justiça, o Conselho Tutelar, Prefeitura Municipal, e o Fórum) e 3 (Três) representantes da população geral. As entrevistas eram através de uma enquete composta por questões abertas e norteadas por interferências do pesquisador na orientação do

assunto. Logo, realizamos as analises desses dados e apresentamos as mesmas;

Tabela – 5 Perguntas/Respostas dos 10 entrevistados sobre a situação da violência em São Bernardo/MA

Entrevistados	Quais as orientações/ações desenvolvidas pelo Município de São Bernardo para A prevenção da violência?	Em sua opinião qual o melhor meio de interação para a melhoria dos índices de violência?
01	Não tem	Polícia honesta e melhoramentos no trânsito, pois há muitos acidentes nas ruas e avenidas envolvendo carros e motos.
02	Não tenho conhecimento	Maioridade Penal e há muitos menores envolvidos no trafico (vício).
03	Não tem	Polícia.
04	Desconheço	Educação, políticas públicas, pois o que dá sustentação é a impunidade, as leis são brandas e a polícia não tem respaldo. Leis benevolentes, as leis são favoráveis aos bandidos, por isso as pessoas vivem amedrontadas e trancadas em casa.
05	Existe uma reunião com a população e com vereadores. É o trabalho da das políticas do Proerd (Antidrogas e não violência)	Trabalhar a questão da droga e a questão da violência, isso irá melhorar as condições. Elogiou a iniciativa da pesquisa UFMA.
06	Nenhum Município desenvolve, por não haver interesse.	Trabalhar na base educacional, trabalhar políticas públicas (Esportes).
07	O prefeito não tem interesse; a iniciativa deveria ser do judiciário.	Trabalho do judiciário e a policia.
08	A polícia Militar.	Educação e a questão das armas de fogo.
09	Não há nenhum programa na prefeitura de São Bernardo	Trabalho preventivo e educação.

10	Não existe.	Políticas Públicas de conscientização e existem muitos casos de negligência.

Gráfico 1.3 Gráfico representativo das respostas dos entrevistados (10 pessoas).

Nota-se que dentre os selecionados para a pesquisa (informantes chaves), 50% afirmaram que os Roubos/Assaltos estão na linha de frente da criminalidade neste município, seguidos pelo Tráfico/Consumo de drogas com 30%, a violência contra mulher 10% e as Brigas/Agressões com 10%.

Perguntados sobre as ações desenvolvidas pela prefeitura de São Bernardo para prevenção da violência urbana, as respostas apontaram que 80% desconhecem qualquer ação ou afirmaram serem inexistentes. 10% opinaram que a polícia deveria desenvolver alguma ação e 10% disseram que existem reuniões com a população e um programa da 4° Companhia da Polícia Militar chamado Proerd (Programa Educacional de Resistências às drogas e a Violência).

Sobre os mecanismos para a melhoria nos índices de violência, 40% afirmaram que é possível através da educação; 30% disseram que a responsabilidade é do Poder Judiciário e da policia; 10% afirmaram que devemos trabalhar a questão das drogas; outros 10%

apostaram na menoridade penal como forma de melhorar os índices de violência em São Bernardo; e, por fim, 10% optaram pelas políticas públicas como forma de conscientização e melhoria dos índices de violência no município.

4.1 PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E MONTAGEM DE GEOARQUIVOS NO MUNICÍPIO

Em se tratando de programas de prevenção à violência no município de São Bernardo poderíamos desenvolver um sistema de informações que não estivesse relacionado apenas aos dados de criminalidade, violência e segurança pública. Teríamos de realizar algumas indagações acerca de quais seriam os fatores de risco da violência, assim como seu impacto na criminalidade. Alguns desses dados são encontrados nos arquivos de segurança pública, outros devem ser buscados no contexto socioeconômico no qual ocorrem os crimes, daí a necessidade de uma boa base de informação em diferentes variáveis que possa estar influenciando os padrões de criminalidade.

A utilização da tecnologia da informação vem produzindo mudanças significativas nas polícias do mundo. Para prestar contas à população sobre problemas relativos à segurança estão sendo utilizadas unidades de análises de crimes que dão suporte ao policiamento comunitário e solução de problemas. Os sistemas de informação dão suporte às atividades de policiamento e a montagem de base de dados sobre suspeitos tem contribuído na qualidade das investigações. Trata-se de uma estrutura que integra várias informações em um só sistema que congrega a polícia e agências públicas e civis.

Existe o Sistema de Informação Geográfica (SIG) que integra diferentes informações do espaço urbano agrupadas em quatro segmentos: dados urbanos estatísticos, que são os mapeamentos de cartografia urbana, elementos de cadastro, sistema de endereçamento e o sistema viário; os dados socioeconômicos, que são indicadores de dados demográficos censitários; os dados institucionais, que falam sobre áreas contidas no ambiente urbano; e, por ultimo, os dados físicos ambientais, que são elementos da paisagem urbana e suas características ambientais, como relevo, cobertura vegetal e geologia.

Naturalmente os dados servem como referência para a criação de banco de dados urbanos para diversos usos. Para as aplicações em segurança pública seria necessário contar com boa parte do segmento de dados urbanos básico-econômicos que permeiam as análises nesta direção.

Dados Geográficos

São as prefeituras as principais interessadas em contar com informações urbanas detalhadas, pois o refinamento cadastral é necessário para o recolhimento eficiente dos impostos prediais e territoriais, além de proporcionar um conhecimento mais aprofundado sobre a parcela relativa de impostos rurais cobrados no território municipal. Ocorre que cidades de pequeno porte em regiões desfavorecidas, ou até mesmo as grandes cidades, tem uma série de restrições orçamentárias que lhes impossibilita manter atualizada a cartografia municipal. Hoje já existem várias empresas especializadas capazes de produzir e fornecer imagens orbitais de alta resolução além do mapeamento completo da maioria das capitais brasileiras.

As informações adquiridas sobre os serviços públicos e o espaço urbano são: densidade populacional; superpopulação associada a outros problemas; condição de habitação; imagem das cidades infraestruturadas; serviços de transporte; ocupação do comércio informal; serviços de saúde; atendimento as vítimas e abrigo; além dos serviços policiais e da justiça. Fornece também indicadores sociais; dados censitários e demográficos; taxa de emprego e de desemprego; distribuição de renda; índice de desenvolvimento (IDH); e, perfil de agressores e vitimas (etnia, idade, escolaridade, condição socioeconômica e o tipo de violência).

Implantação do Sistema

No Brasil, os estados podem servir como mediadores entre o governo federal e os municípios, sendo também adequados para a construção de sistemas estatísticos. Seria interessante, entretanto, que os sistemas de registro no nível estadual oferecessem os dados estatísticos em um curto prazo e a um longo prazo os bancos de dados municipais fornecessem dados para serem anexados e reforçar os registros de nível estadual, com isso, poder-se-ia formular um plano mais eficiente. Nesse sentido, existem orientações para implantação de um sistema de informação de segurança publica: criação de um sistema de rede nacional que integre recursos das três esferas (Federal, Estadual, Municipal); incentivos a inovações na área de informática; criação de bibliotecas virtuais de software; e, conscientização e difusão sobre sistemas de informação de segurança pública em âmbito nacional com as três esferas do governo (cabendo a uma a tarefa de estruturação e execução

dos sistemas necessários).

Além disso, seria necessária: a criação de uma rede com participação de representantes da sociedade em geral, articulando iniciativas junto à sociedade civil, Ministério Público e sociedades científicas; capitação de recursos orçamentários para construir sistemas de informação adequados; criação de políticas de desenvolvimento para capacitação de recursos humanos na operação; transformação dos dados já existentes em informação para avaliar o desenvolvimento das ações e facilitar o acesso dos dados monopolizados pelas secretarias de segurança pública, defesa social, polícia militar e civil, para melhor analise, planejamento e execução; e, conscientização dos profissionais de segurança pública e secretários de defesa social quanto à importância da qualidade das informações para avaliar e planejar o trabalho.

Considerações Finais

A relevância do tema, ou seja, nosso problema central, era saber como tem sido representado o fenômeno violência em São Bernardo/MA, principalmente após algumas mudanças ocorridas na região do Baixo Parnaíba Maranhense. A ideia era saber compreender esse fenômeno através da opinião da população frente a estes incidentes, quais as políticas utilizadas pelos gestores para seu controle e se as mesmas atendiam aos anseios da população local. Iniciamos os trabalhos de acordo com o que foi previamente acertado, realizamos a observação e pesquisa de campo com questionários e entrevistas semiestruturadas a fim de conhecer a "realidade" da violência e as políticas de segurança municipais.

Com esse intuito, procuramos analisar o que seria a violência na ótica de autores consagrados na literatura sociológica, como Zaluar (2004), e quais os tipos de violência presentes em nossa sociedade, seja em sua modalidade simbólica, representada na obra de Bourdieu (1998), estrutural, política e/ou criminal, observada a partir dos argumentos de Misse (2006).

Foram identificados e analisados índices de violência que ocorriam em âmbito nacional (*Mapa da Violência 2015*), onde pudemos apreciar gráficos e tabelas das diversas regiões do Brasil para que pudéssemos realizar as devidas aproximações e reflexões quanto aos índices locais. Analisamos alguns teóricos que nos deram suporte para enfrentarmos a dificuldade que existe em conseguir informações que relatem a violência nas cidades mais afastadas dos centros urbanos, como São Bernardo. A partir daí, traçamos alguns perfis da violência ocorrida nas regiões brasileiras, como a perpetrada por amas de fogo; percebemos

através dos gráficos e tabelas, que existe uma relação direta das maiores vitimas de violência e sua cor e etnia; e, expomos algumas tabelas que nos permitiram apontar índices das mortes causadas pela violência urbana nos estados brasileiros.

O resultado mais evidente das nossas análises de gráficos e tabelas foi a constatação da alta taxa de mortandade da população de jovens e negros por armas de fogo no Brasil. Na região Nordeste se destacam os estados de Alagoas e Paraíba, onde a seletividade racial nos homicídios por armas de fogo supera as expectativas nacionais. Nestes locais, para cada branco vítima de arma de fogo morrem proporcionalmente 10 negros, segundo censo do IBGE 2010.

Em São Bernardo - MA, não dispúnhamos de qualquer índice prévio para nosso trabalho. Para solucionar nosso problema era necessário ir a campo e isso foi feito. Selecionamos locais e pessoas chaves que representassem instituições e agentes ligados ao tratamento da violência no município. Por isso, nossa pesquisa foi realizada com agentes da Policia Militar, Policia Civil, Prefeitura Municipal, Fórum municipal, Guarda Municipal, Promotoria publica e Conselho tutelar, além de pessoas com envolvimento direto no tema da violência, como o caso do menino "leleu", cuja ficha criminal de violência daria inveja em muitos profissionais do crime. Esta personagem acabou por se tornar uma figura importante deste trabalho, pois, o seu oficio, roubo e assalto, figura como sendo a principal causa de violência urbana no município, respondendo por 50% das opiniões nas entrevistas. Em seguida, identificamos o tráfico de drogas com 30%, a violência contra a mulher 10%, e, as brigas e agressões com 10%.

Quanto à hipótese sugerida no trabalho, uma variável que devemos considerar seria o depoimento do delegado da cidade de São Bernardo, que considera a maioridade penal um obstáculo à resolução do "problema violência" e diz que em sua delegacia a violência contra mulher ainda é a maior causa de violência em São Bernardo.

Nessa perspectiva, acredito que o propósito deste trabalho foi realizado, ou seja, a busca pelos índices e números sobre a violência em São Bernardo foi possível, graças a determinação dos agentes envolvidos. Uma de nossas finalidades era poder contar com alguma espécie de registro futuro para que estudantes ao realizar seus trabalhos pudessem ter um referencial sobre o tema da *"violência*".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sergio; **Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea**. In: O que Ler na Ciência Social Brasileira. Org. Sergio Niceli. São Paulo. Anpocs: Editora Sumaré; 2002.

ARENDT, **A Questão Social. Em da Revolução.** Edição Original de 1962; São Paulo; Editora Ática, p.47-91

BARREIRA, César, RUSSO, MAURICIO Bastos, PAIVA, Luiz Fabio S. (Orgs.) **Violência Como Campo de Pesquisa e Orientação**. Pontes editores; Campinas ,São Paulo, 2014

BRASILIA, DF. **Coleção Segurança com Cidadania**. Secretaria Nacional de Segurança Publica do Ministério da justiça – ano I, Nº 02 Brasília, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Meditações Pascalinas, Oeiras: celta, 1998 (1997)

CATIRINA, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), São Luís, Numero Zero, Dez 2014. Disponível em < http://www.smdhvidawordpress.com> Acesso em 11 jun. 2015.

COELHO, Edmundo Campos. **A Oficina do Diabo e Outros Estudos sobre a Criminalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005

CRESWELL, John W, **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativos, Quantitativo e Misto**; Ed. Artmed, 2010, p.296.

FERREIRA, A.L.; SCHRAMM, F.R. **Implicações éticas da violência doméstica contra a criança para profissionais de saúde**. Rev. Saúde Publica 2000.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Trad. Antônio Fernando Cascais, Eduardo Cordeiro. Rio de Janeiro: Vega, 1992.

GAULEJAC, Vicente; **As origens da Vergonha**. Ed. Via laterra, São Paulo, 2006

INFORMANDES, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Informativo Nº 40, Brasília, DF. Nov.2014.

LAVILLE, Christian; Dionne Jean, **A construção do Saber, Manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**, Adaptação Lana Mara Siman – Belo Horizonte, Ed. UFMG,1999.

MAPA DA VIOLÊNCIA <HTTP://WWW.MAPA DA VIOLÊNCIA 2015> Acesso em 03.05.2015 ás 08:h e 50min

MATOS JÚNIOR, Clodomir Cordeiro de. Tese de doutorado (catalogo USP) **Vítimas da violência: ressonâncias sociais da criminalidade no Brasi**l, Maio, 2014, São Paulo.

MATOS JÚNIOR, Clodomir Cordeiro de. **Violência, Cidadania e Medo**: Experiências Urbanas em Fortaleza. Fortaleza: UFC, 2008.

MICHAUD, Y. **A violência**. Tradução L. Garcia. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MINAYO, M. C de S. e Souza. **A Violência Social sob a perspectiva da Saúde Pública**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. X, n. 1, p. 7-18, 1994.

MINAYO, M. C de S. e SOUZA, E. R. **Violência e Saúde como um Campo interdisciplinar de ação coletiva**. Historia Ciência e Saúde - Manguinhos, IV(3) PP. 513 531, Fevereiro; 1998.

MISSE, Michel; ROBERTO, Kant de lima. **Crime e violência no Brasil Contemporâneo**, Rio de janeiro, Ed. Lúmen júris, 2006.

NETO, O. C. e MOREIRA, M. R. A Concretização de Políticas Publicas em direção a prevenção da Violência Estrutural. Ciência e Saúde Coletiva. V. 4 n. 1, PP. 33-52, 1999.

OLIVER, Martin: **Uma Introdução a Avaliação de Tecnologia e Aprendizagem**. Information Services & Use, 2001 ISSN 0167-5265.

PAIXÃO, Antônio Luiz. **Crime e Criminosos em Belo Horizonte**: 1932-1978. In: Crime, violência e poder.Org. Paulo Sergio Pinheiro. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTOS Jr, Orlando Alves Dos. **Democracia e Governo Local**: **Dilemas e Reformas Municipal no Brasil**, Rio de Janeiro: Revan/fase 2001.

SHWARTZMAN JS. A criança com distúrbios escolares. **Temas sobre Desenvolvimento** 1994.

TAYLOR, CHARLES; **Multiculturalismo e The politics Of Recognition**. Ed. Ethics, vol. 104 nº 2 – 1994.

WEBER, Max; **Economia e Sociedade**. Vol. 2, Brasília: Ed. UNB, 1992

WOLKMER, Antonio Carlos, **Pluralismo jurídico- Uma Nova Cultura no Direito**. São Paulo: 3 edição; Editora Alfa Omega, 2001.

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa: Pobreza e Trafico de Drogas**, Rio de Janeiro; Fundação Getúlio Vargas, 2004.

Fontes Digitais:

Disponível em: < http:// WWW.emsampa.com.br/rotasrodoviarias/saoluissaobernardo.htm> Acessado em 11.09.2015.

Disponível em: < http:// WWW.gedmma.ufma.br/wp-ontent/uploads/2014/02/Dissertacao .Cristiane.201211.pdf> acessado em: 11.09.2015

Disponível em: < http:// WWW.goftp.ibge.gov.br/documentos/cartografia//indice_nomes_ Geográficos.pdf > Acessado em 11.09.2015

Disponível em < http:// WWW. http://cidades.ibge.gov.br/extras/perfil.php?codmun=211060> Acessado em 11.09.2015

Disponível em < http://www.citybrazil.com.br/ma/saobernardo/l1.php?micro=13> Acessado em 11.09.2015

Disponivel em < http://www.< https://anistia.org.br/anistia-em-acao/dia-de-doar/.> Acessado em 01/07/2015.

ANEXOS

MODELO QUESTIONÁRIO - ENTREVISTAS

1) **QUAL O TIPO DE VIOLÊNCIA URBANA QUE MAIS OCORRE EM SÃO BERNARDO? (pode ser mais de uma opção) E ENDENDE-SE POR VIOLÊNCIA URBANA.**

- ☐ HOMICIDIO COM ARMA DE FOGO
- ☐ TRAFICO/EOU CONSUMO DE DROGAS
- ☐ ROUBOS/ASSALTOS
- ☐ SEGUESTROS
- ☐ SUICIDIO
- ☐ BRIGAS/EOU AGRESSÕES
- ☐ PEDOFILIA
- ☐ ESTUPROS

2) **QUAIS AS ORIENTAÇÕES/AÇOES DESENVOLVIDAS PELO MUNICIPIO DE SÃO BERNARDO PARA A PREVENÇAO DA VIOLÊNCIA?**

3) **EM SUA OPINIÃO QUAL O MELHOR MEIO DE INTERVENÇÃO PARA A MELHORIA NOS INDICES DE VIOLÊNCIA URBANA?**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS DE SÃO BERNARDO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS / SOCIOLOGIA
Fundação instituída nos termos da Lei nº 5.152 de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão

Prezado Senhor (a),

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu_____ portador do RG. Nº _____, CPF: _____ aceito participar da pesquisa intitulada **"São Bernardo e sua História recente"** desenvolvida pelo acadêmico/pesquisador **Sirley Gomes de Oliveira** e permito que sejam geradas informações a partir da nossa interlocução para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não deve ser identificado por nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

As informações e dados ficarão sob a propriedade do pesquisador pertinente ao estudo e, sob a guarda do mesmo.

São Bernardo, ____ de __ _____ de _____

_____

Nome completo do pesquisado

CNPJ 06.279.103/0001-19
Campus de São Bernardo.- Rua Projetada, s/n, Bairro Planalto
65550-000 – São Bernardo - MA
Fones: (98) 3477-1513 (Direção) 3477-1526 (Coordenações) 3477-1410 (Secretaria)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS DE SÃO BERNARDO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS / SOCIOLOGIA
Fundação instituída nos termos da Lei nº 5.152 de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão

São Bernardo, 20 de Maio de 2015

Prezado Senhor (a),

Por meio desta carta apresentamos o acadêmico **Sirley Gomes de Oliveira**, do 7º semestre do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, devidamente matriculado (a) nesta Instituição de ensino, que está realizando a pesquisa intitulada "**São Bernardo e sua História recente**".

Na oportunidade, solicitamos autorização para que o mesmo realize a pesquisa com vossa senhoria.

Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura a preservação da identidade das pessoas participantes. Uma das metas para a realização deste estudo é o comprometimento do pesquisador em possibilitar, aos participantes, um retorno dos resultados da pesquisa. Solicitamos ainda a permissão para a divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisa, preservando sigilo e ética.

Agradecemos vossa compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento deste futuro profissional e da iniciação à pesquisa científica em nossa região. Em caso de dúvida o senhor pode procurar a coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em São Bernardo pessoalmente ou pelo telefone: (98) 3272-9763.

Atenciosamente,

.....

Prof. Dr. Clodomir Cordeiro de Matos Júnior
Professor Orientador e Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre as Cidades (CITADINOS)